



1. Informações Gerais

Data: 19.09.2016	Horário: 14h às 17h30	Local: Auditório da Câmara Única
-------------------------	------------------------------	-----------------------------------------

Participantes:

- Comitê de Gestão Estratégica;
- Patrocinadores, Gestores e Gerentes de Projetos Estratégicos;
- Colaboradores do Escritório de Projetos e do Núcleo de Estatística.

2. Objetivos da Reunião

Avaliar a execução da Estratégia definida para o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá para o período 2015-2020.

3. Pauta

- 3.1. Leitura, apreciação e aprovação da ata da 1ª RAE;
- 3.2. Pendências da 2ª RAE:
 - 3.2.1. Aprovação dos indicadores estratégicos propostos pelo projeto conciliação;
 - 3.2.1.1. Índice do esforço de conciliação (IEsfC), calculado a partir dos seguintes parâmetro:

$$\text{IEsfC} = \frac{\text{Audiências realizadas}}{\text{Audiências agendadas}}$$

- 3.2.1.2. Índice da efetividade do esforço de conciliação (IEftC), calculado a partir dos seguintes parâmetros:

$$\text{IEftC} = \frac{\text{Audiências positivas}}{\text{Audiências realizadas}}$$

- 3.3. Apresentação:
 - 3.3.1. Proposta orçamentária 2017;
 - 3.3.2. Metas Nacionais 2016;
 - 3.3.3. Metas Específicas 2016, referenciando o IPCJUS;
 - 3.3.4. Metas Nacionais 2017;
 - 3.3.5. Selo Justiça em Números 2016;
 - 3.3.6. Indicadores Estratégicos do TJAP;
 - 3.3.7. O que ocorrer.

Comentários:

O Dr. João Matos Teixeira Júnior, membro do Comitê de Gestão Estratégica e Juiz Auxiliar da Presidência, fez a abertura do evento agradecendo a presença de todos e informou que o objetivo de estarem reunidos naquele momento era a realização da 3ª Reunião de Análise Estratégica com o propósito de avaliar o que fora produzido desde a última reunião. Em seguida, ressaltou a importância do Comitê Colaborativo de Governança que possibilita a realização de encontros que tenham como propósito viabilizar os projetos da Administração, pois permite que achismos sejam desconsiderados e



fornece a qualquer desembargador subsídio de análise de dados, de análise de momento da Instituição, fornecendo elementos para tomada de decisões interessantes. Prosseguiu com os temas definidos na pauta para aquela reunião, conforme abaixo:

Item 3.1 da pauta: Leitura, apreciação e aprovação da ata da 2ª RAE.

O servidor Rosywan Cantuária, membro do Escritório de Projetos e Gerente de Projeto Estratégico, fez a leitura da ata da 2ª RAE, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos presentes na 2ª RAE.

Item 3.2 da pauta: Pendências da 2ª RAE:

3.2.1. Todos os indicadores estratégicos propostos pelo projeto conciliação foram aprovados.

Item 3.3.1 da pauta: Proposta orçamentária:

Dr. João Matos informou que a proposta orçamentária para o ano de 2017 ficou estimada em R\$ 368 milhões de reais, elaborada com base nas necessidades apontadas pelo Tribunal, mas que ainda se encontrava em aprovação.

Item 3.3.2 da pauta: Metas nacionais 2016:

O Dr. João Matos fez breve comentário sobre as metas, apresentando a medição de cada uma delas, e apontou as metas que precisam ser melhoradas. São elas: as metas 1, 3 e 7. Enquanto que as metas 2, 4, 6 e 8 estão no caminho certo.

Comentários: O Dr. Bianchini perguntou se seria possível desmembrar ou mapear por tipo de unidade a meta 1, como uma forma de identificar a unidade jurisdicional que estivesse apresentando problema e, assim, o TJAP teria paradigmas com outras unidades da federação. O Dr. João Matos informou que não há como se fazer essa separação em razão dos indicadores do CNJ, mas um trabalho interno foi realizado e fazer esse tipo de mapeamento já é possível na gestão processual, em produtividade. Além disso, acrescentou que o cálculo da meta 1 foi refeito para corrigir o erro identificado pelo Dr. Navarro.

Item 3.3.3 da pauta: Metas específicas 2016, referenciando o IPCJUS:

Dr. João Matos informou que com relação à meta específica “Diminuir o valor da despesa por processo baixado em relação ao ano interior, até 31/12/2016”, para ser alcançada precisa que o custo do processo seja diminuído e, para tanto, é necessário que processos sejam arquivados. Quanto à meta específica “mapear 100% das competências das funções da justiça de primeiro e segundo graus, até 31/12/2016”, para subsidiar a implantação da gestão por competências, informou que a meta até o momento não foi cumprida e que é necessário mapear, iniciando a gestão por competência. Informou também que no dia 09/09/2016 foi publicada a Resolução nº 240/2016-CNJ, que institui a política nacional de gestão de pessoas.

Item 3.3.4 da pauta: Metas Nacionais 2017:

Dr. João Matos apresentou as metas nacionais para 2017 e informou que as metas previstas para o próximo ano foram definidas com base nos macrodesafios priorizados apresentados no III Encontro Nacional da Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual, realizado em Belém, nos dias 13 e 14 de setembro de 2016, onde foram tomadas as seguintes decisões: manutenção das metas plurianuais 1 (Julgar mais processos que os distribuídos), 2 (Julgar processos mais antigos), 4 (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa) e 6 (Priorizar o julgamento das ações coletivas – Justiça Estadual), que está alinhada ao macrodesafio priorizado para 2017 “Garantia dos Direitos de Cidadania”; exclusão da meta 8 de 2016 (Implementar práticas de Justiça Restaurativa), em decorrência da edição da Resolução nº 225/2016-CNJ, que já estabelece a implantação e o funcionamento da justiça Restaurativa; exclusão da meta específica 1 de 2016 (Mapear 100% das competências das funções da justiça de Primeiro e Segundo Graus, até 31/12/2016, para subsidiar a implantação da gestão por competências), em virtude da publicação da Resolução nº 240/2016-CNJ, de 09/09/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário; exclusão da meta específica 2 de 2016 (Redução de despesas por processos baixados), que foi prejudicado pela atual crise econômica; rediscussão das Metas 3 (Aumentar os casos



solucionados por conciliação), 5 (Impulsionar processos à execução—Justiça Estadual) e 7 (Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos); aprovação das seguintes metas: **impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas**, que visa estabelecer políticas de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2017; **melhoria da gestão da justiça criminal**, que visa fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Item 3.3.5 da pauta: Selo Justiça em Números 2016:

Dr. João Matos apresentou a situação do TJAP em relação ao selo, informando que, para o TJAP obter o selo diamante, precisa de 415 a 450 pontos. Com relação aos selos específicos para Varas do Tribunal do Júri, informou que uma Vara do TJAP alcançou selo ouro e outras quatro unidades alcançaram o selo bronze. Mostrou o quadro com os itens que compõem o justiça em números e sua respectiva pontuação máxima. Com relação ao item que trata da Tabela de Lotação de Pessoal (Res. 219), informou que o prazo para o cumprimento foi dilatado para 1º de janeiro de 2017, mas a Comissão que está trabalhando para cumprir o prazo originário, 30/09/2016. De acordo com os estudos realizados pela Comissão, foi constatado que o TJAP possui mais servidores do que a demanda exige. Quanto ao item “casos novos eletrônicos”, esclareceu que o índice de virtualização deu um salto e isso se deu em virtude da implementação de medidas como: implantação do peticionamento incidental e aquisição de equipamentos (storage, blade) em administrações anteriores. Além do Tucujuris Judicial foi implementado o Tucujuris-Adm, que é uma ferramenta de processo administrativo virtual, que precisa passar por algumas melhorias. Quanto ao item “Transparência”, com a publicação da LAI, da Resolução nº 215, informou que medidas foram tomadas para atendê-las, principalmente quanto à disponibilidade de informações no portal do TJAP. E resumiu informando que todos os itens apresentados deverão apresentar uma pontuação que reflita melhoria no serviço de justiça do Tribunal.

Item 3.3.6 da pauta: Indicadores Estratégicos do TJAP:

O Dr. João Matos informou que os indicadores foram avaliados até agosto de 2016. Com relação ao objetivo estratégico “Valorização e reconhecimento”, informou que a melhora nos indicadores dependem da contratação da consultoria para mapeamento das competências. O Assessor de Planejamento, Job Duarte Moraes, informou que o processo referente à contratação estava em fase de formulação de propostas e que estava sendo avaliada a possibilidade de universidades realizarem a fase de mapeamento ou se de fato será necessária a contratação de uma consultoria para essa finalidade. Com relação ao projeto de Teletrabalho, o Dr. João Matos informou que ele está a ponto de ser finalizado, sendo disponibilizado para os servidores, os atos para isso estão prontos, ou seja, todo aquele que compõe Assessoria Jurídica pode fazer o Teletrabalho e, todo aquele que faz o trabalho de assessor jurídico, ainda que não remunerado, também pode ingressar no teletrabalho. Acrescentou que a implantação das Resoluções nº 219 e 240 do CNJ vão impactar o índice de aderência aos parâmetros de distribuição da força de trabalho e o índice de lideranças capacitadas nas competências estratégicas, respectivamente. Apresentou os indicadores referentes ao objetivo estratégico Modernização. Explicou que, para contribuir para a melhoria do índice de aderências de metas do Petic (6), que já teve sua meta alcançada para 2016, foi criado o Núcleo de Governança. Quanto ao tempo médio de processo administrativo-dias (8), teve como medida saneadora a abertura de um processo administrativo pela Assessoria de Planejamento com o objetivo de gerar automaticamente o arquivamento de todos os processos que estejam acima de 72 meses em andamento e os que estiverem abaixo de 72 meses e acima de 6 meses em andamento e, caso precisem tramitar, basta desarquivar. Foi aberto processo administrativo para gerar instrumento normativo pela secretaria de comissão de modelagem de processo administrativo, que vai gerar o processo de automação, que deve ser incorporado ao SCPA. O Dr. Luciano de Assis sugeriu que antes de se arquivar automaticamente os processos, seja feita uma triagem, que foi acatada pelo comitê de gestão estratégica. Quanto ao índice de agilidade na tramitação de aquisição de bens e serviços (19), mostrou que a meta para 2016 foi alcançada. Quanto ao índice de modernização dos processos de trabalho administrativo (29), mostrou que ainda não há nada mensurado para este índice, ficando o objetivo estratégico modernização com uma média de 30% de alcance, resultado comprometido pelo -180% do indicador 8. Quanto ao resultado do objetivo estratégico



simplificação, a média alcançada com base nos seus indicadores ficou em 83%, portanto, amarelo. Isso foi possível devido às melhoras nos indicadores, com exceção apenas do indicador 11 (índice de varas criminais com sistema de audiência por videoconferência) que ficou em 46%. Com relação à esse índice, o Dr. João Matos informou que o Tribunal tem a Vara de Execuções Penais com videoconferência instalada e que a Vara Criminal de Santana estava recebendo naquele dia (19.09.2016) a instalação de um sistema de videoconferência. Sendo assim, o indicador 11 era para estar 100%, em razão das unidades que estavam previstas para 2016. Quanto ao resultado do objetivo estratégico captação e gestão de recursos, a média alcançada com base nos indicadores ficou em 32%, portanto, vermelho. Explicou que essa média se justifica pelo fato de os indicadores 18 e 20, índice de incremento no investimento-% e índice de execução do plano estratégico, respectivamente, terem se mantido no vermelho até aquele momento pela não consecução das metas estabelecidas, que para ambos é de 60%, sendo que o resultado obtido foi de -41,64% para o 18 e de apenas 24% para o 20. Para melhorar o indicador 18, existe o projeto estratégico Arrecadar Melhor em que está previsto o trabalho do selo com os cartórios extrajudiciais. E esse trabalho já está numa fase bem avançada e está previsto para ser finalizado antes do fim do ano. Outras medidas tomadas para melhorar a arrecadação foi melhorar a forma de arrecadação das taxas judiciárias com propagandas, com ações dos magistrados nas próprias secretarias que, com a virtualização, passaram a exigir a numeração do boleto para distribuição; e o estudo que está sendo feito para se adequar à legislação referente à cobrança do Bacenjud e do Renajud. Além disso, informou que existe um Projeto de Lei tramitando na Assembléia Legislativa chamado Lei da taxa de cartórios judiciais, que sofreu uma modificação, mas que ainda depende de aprovação. Quanto ao resultado do objetivo estratégico transparência, a média alcançada foi de 12,5%, portanto, vermelho. A melhora do resultado da meta do indicador 21 (índice de transparência) está dependendo da implementação da Resolução nº 215/2016-CNJ, para a qual existe um “cumpredec” do CNJ estabelece o prazo de 60 dias para cumprimento total da resolução e medidas estão sendo tomadas para atendê-la. Quanto ao resultado do objetivo estratégico relacionamento, o Dr. João Matos passou a palavra para o Assessor de Planejamento Job Duarte, que informou que os indicadores responsáveis por impulsionar o referido objetivo ainda não foram mensurados porque as pesquisas tanto com o usuário quanto com o cidadão ainda estão em fase de execução e que em novembro seria possível obter o resultado da pesquisa com o usuário. Informou também que com relação à pesquisa com o cidadão em todo o estado, como envolve a contratação de empresa para a compilação dos dados, requer a elaboração de termo de referência e não vai passar de dois dígitos, entre 40 a 60 mil em todo o estado do Amapá. A gerente do projeto, Shirley Neves Kasahara, informou que a pesquisa, a aplicação dos questionários, estava programada para acontecer a partir do dia 3 de outubro e, portanto, solicitou urgência no trâmite do processo que estava tramitando no gabinete da presidência, uma vez que algumas providências precisariam ser tomadas até o final de setembro. Quanto ao resultado do objetivo estratégico integração com o sistema de justiça, a média alcançada com base nos seus indicadores ficou em 62%, portanto, amarelo. O Dr. João Matos ressaltou que o TJAP sempre foi aberto a todos os segmentos do sistema de justiça como delegacias, Fundação da Criança e demais instituições. Informou que o Tucujuris-doc tem ajudado muito, pois com ele as Varas Criminais conseguem mandar o alvará de soltura diretamente para a Central de Execução Penal do IAPEN que dever abrir toda hora o malote, pois a qualquer hora pode chegar um alvará de soltura para ser cumprido e esse alvará é cumprido pelo próprio IAPEN, e a resposta vem pelo próprio IAPEN para dentro da unidade. Complementou informando que esse instrumento possibilitou a diminuição do tempo de tramitação do alvará e o custo, uma vez que toda a tramitação anterior era feita por um oficial de justiça, bem como contribuiu para a diminuição do custo do processo. O Tucujuris-doc contribuirá também para os casos de inquérito policial, bem como os de internação de adolescentes. Ressaltou que o regramento penal foi mantido. Quanto ao resultado do objetivo estratégico cidadania, a média alcançada foi de 73%, portanto, amarela. O Dr. João Matos ressaltou que o TJAP tem feito todo um trabalho de política de conciliação, seja no treinamento de novas pessoas, seja no treinamento, na qualificação de pessoas que já atuam nos Centros, sobretudo, nos Centros de Solução de Conflito, mas ainda é preciso melhorar. Mencionou que, com o trabalho de equalização da força de trabalho, muitos servidores poderão ser removidos para a capital e investidos na conciliação, na abertura de unidades ou de Cejusc, e assim, será possível melhorar os índices de conciliação, em seguida pediu para que as pessoas responsáveis por sugerir o indicador 27 (índice de



efetividade do esforço de conciliação) explicassem sobre ele. A gerente do projeto, Sônia Ribeiro, tomou a palavra e mencionou que o índice atual que considera audiência agendada e conciliações positivas não contempla o esforço da conciliação, pois nem sempre as sessões que não resultaram em uma sentença homologatória e para as quais ainda não houve uma conciliação positiva são fracassadas, pois acontece de depois as partes retornarem ao Tribunal dizendo que querem arquivar o processo. Afirmou que isso foi uma mediação realizada, mas não entrou no cômputo para a estatística porque ela não foi conciliação positiva dentro do sistema de conciliação, mas não deixou de ser resultado de um esforço da conciliação. Informou, assim, que esse foi o motivo para a propositura de alteração do índice. O comitê aprovou a sugestão de criação do referido indicador 27. Com relação ao indicador 26 (índice de conciliação pré-processual), que está no vermelho com apenas 32,89% da meta cumprida, a gerente do projeto conciliação explicou que para este índice já foi alcançado um bom avanço na capital, com o Cejusc Central, porém ressaltou a importância da participação da corregedoria no sentido de garantir que sejam realizados atendimento pré-processual dentro dos Juizados Especiais uma vez que em todos já existe Cejusc. Informou que o atendimento pré-processual só está funcionando na Casa de Justiça e Cidadania e no CIAC do Beirrol devido ao esforço da servidora Linda. Ressaltou a importância de se fomentar essa iniciativa também na Justiça Itinerante, o que já foi conversado com o Dr. Luciano de Assis e com o Josemir para que seja levada para as ações nos interiores e nos bairros onde estão sendo realizadas audiências pré-processuais, mas que ainda não estão sendo registradas no sistema. A gerente do projeto ressaltou a recomendação do CNJ que foi encaminhada para o NUPEMEC acerca da indispensabilidade de audiência do art.334 da Lei 13.105/2015, e acredita que a necessidade de atendimento a essa recomendação contribua para melhorar a questão da resistência dos magistrados do 1º grau e, assim, alcançar um índice melhor. A presidente do Tribunal, Desembargadora Sueli Pini, mencionou que o funcionamento da grande Central de Conciliação do setor norte da cidade e de Práticas Restaurativas de Santana contribuirão para alavancar a conciliação pré-processual, e com relação à recomendação do CNJ será encaminhada uma solicitação para a corregedoria para que seja baixado um ato conjunto com o NUPEMEC no sentido de garantir seu cumprimento. A gerente do projeto informou que foi realizada na Comarca de Tartarugalzinho uma atividade pré-processual importante que foi o convênio com o Banco da Amazônia – BASA em que foi possível fazer a recuperação de créditos do PRONAF – Programa Nacional de Apoio aos Agricultores Familiares, e acrescentou que essa experiência será estendida para todas as comarcas. A Dra. Joenilda Lenzi, Coordenadora da Central de Conciliação, ressaltou que caso todos os processos fossem encaminhados para a Central, mesmo com toda a capacitação que é feita, a Central não teria condições de atender tamanha demanda. Outra situação negativa citada pela Coordenadora foi referente à falta de pessoal disponível para lotação nos CEJUSCs instalados, afirmou que as faculdades estão solicitando pessoas para serem encaminhadas, mas não existem pessoas para encaminhar. Frisou que ficou feliz em saber da possibilidade de se ter servidores do interior removidos para capital que poderão desenvolver o trabalho de conciliação, porém destacou que os servidores que possivelmente serão lotados nas unidades em que a conciliação é trabalhada precisam ter um perfil específico e um interesse específico de trabalhar nessa área, para que haja um resultado esperado, mencionou também a importância de que os Juizes do interior, que são os únicos que atuam diretamente nos CEJUSCs criados, conheçam o modelo atual de mediação e conciliação, de que é necessário e não apenas uma replicação do Juizado. O Dr. João Matos retomou a palavra e ponderou que o momento da reunião serve para que os gerentes, gestores e patrocinadores identifiquem e avaliem o que precisa ser melhorado e, assim, o Tribunal consiga dar resposta para o nosso patrão maior, que é o contribuinte. E, além disso, ressaltou que as reuniões de análise estratégica são momentos importantes para a construção de Administração colaborativa e participativa. Após, passou a palavra para a Desembargadora Sueli fazer o encerramento da reunião. A Desembargadora Sueli Pini agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância da participação deles no evento.

4. Pendências para a 4ª RAE:

4.1. Apreciação e assinatura da ata da 3ª RAE.



Comitê de Gestão Estratégica	Data	Assinatura
Desembargadora Sueli Pereira Pini – Presidente		
Desembargador Raimundo Nonato Fonseca Vales – Vice-Presidente		
Desembargador Carmo Antônio de Souza – Corregedor-Geral		
Juiz João Teixeira de Matos Júnior – Juiz Auxiliar da Presidência		
Juiz Nilton Bianchini Filho – Juiz de Direito		
Márcio Régio Evangelista Barroso – Diretor Geral		
Job Duarte Morais – Núcleo de Gestão Estratégica		
Magistrados Patrocinadores/Gestores	Data	Assinatura
Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira		
Desembargadora Stella Ramos		
Juiz José Luciano de Assis		
Juíza Joenilda Lobato Silva Lenzi		
Juíza Alaíde Maria de Paula		



RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES

Participantes	Data	Assinatura
Bernadeth Farias Côrrea (Gestora de Projeto)		
Adelson Armando Marques (Gestor de Projeto)		
Adriana Moraes de Carvalho (Núcleo de Estatística)		
Joudson Medeiros de Oliveira (Núcleo de Estatística)		
Téofilo Emílio Soeiro dos Santos (Núcleo de Estatística)		
Rosywan Cantuária da Silva Ferreira (Gerente de Projeto)		
Alan Davis Freire de Souza (Gerente de Projeto)		
Carlson Uchôa (Gerente de Projeto)		
Diego França da Silva (Gerente de Projeto)		
Francisco Ângelo Martins Pereira (Gerente de Projeto)		
Gláucio Maciel Bezerra (Gerente de Projeto)		
Isaac Emanuel Silva Pereira (Gerente de Projeto)		
Marco Antônio Campos Soares Craveiro (Gerente de Projeto)		
José Nazareno Lopes Machado (Gerente de Projeto)		
Josemir Mendes de Sousa Júnior (Gerente de Projeto)		
Shirley Neves Kasahara (Gerente de Projeto)		
Lidiane Fonseca Soares (Gerente de Projeto)		
Lucinéia da Silva Costa (Gerente de Projeto)		
Lidiane Fonseca Soares (Gerente de Projeto)		
Maria de Jesus Santos Oliveira (Gerente de Projeto)		
Mário Teixeira de Mendonça Neto (Gerente de Projeto)		
Wellison Luís Santos da Silva (Gerente de Projeto)		
Paula Tatiana dos Santos Lima (Escritório de Projetos)		
Sônia Regina dos Santos (Gerente de Projeto)		
Luiz Henrique Paranhos Barbosa (Gerente de Projeto)		
Edson Fernandes de Carvalho (Escritório de Projetos)		
Marilda Auzier		
Genner Moreira Lima		
Toney Saraiva		
Edmundo Silva		
Rosilene Campos		
Ana Lúcia Marinho		
Annete Pina		
Regina Costa		
Marcelo Marinho Branco		
Erlana Milena Ayres do Couto Lemos		
Solange Assumpção Leal Veloso da Costa		
Maria de Nazaré Guedes Coelho		
Gretching Ysla		
Marúcia Silva		